



EM Nº 200/2017

Florianópolis, 20 de setembro de 2017

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Lei que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018”, em cumprimento ao que dispõe o artigo 120 da Constituição do Estado, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento.

A proposta orçamentária que apresentamos foi elaborada em consonância com as normas e princípios constitucionais que disciplinam o orçamento público, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e com a Lei Nº 17.219, de 27/07/2017 que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e estabelece outras providências” – LDO 2018. A presente proposta orçamentária guarda ainda, restrita compatibilidade com o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e sua revisão, cujos programas visam promover avanços na qualidade da educação e da saúde públicas; garantir mais segurança e tranquilidade às pessoas; melhorar as condições de moradia e saneamento ambiental; ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis; integrar e expandir a rede de transporte; ampliar a infraestrutura física e capacitar pessoas para que a economia catarinense potencialize as oportunidades de crescimento, aumentando sua competitividade e acelerando a geração de emprego e renda, gerando maior equilíbrio entre as regiões do Estado e entre as pessoas.

Atendendo as normas vigentes sobre a gestão pública, em 2018 o Governo continuará mantendo um rigoroso controle sobre as despesas, buscando o equilíbrio das contas públicas e a alocação eficiente dos recursos, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dará ênfase à modernização da gestão pública e à articulação e coordenação das ações, visando à redução de despesas e incremento de receitas, à potencialização dos recursos para a prestação de serviços de qualidade, à preservação dos investimentos programados, bem como ao cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2018.

Excelentíssimo Senhor
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado de Santa Catarina
Florianópolis – SC



Quanto ao atendimento das prioridades para o exercício de 2018, foram programadas aquelas descritas no Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, constante na LDO 2018, que contempla as subações colocadas em primeiro plano pelo Governo do Estado, cujas obras e serviços retratam os investimentos estaduais elencados no Pacto por Santa Catarina a serem executados com recursos próprios e com recursos provenientes de operações de crédito internas e externas.

Dentre estas, destacamos as contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para fazer frente aos Programas Acelera Santa Catarina e Caminhos do Desenvolvimento, bem como com o Banco do Brasil S/A para financiar os investimentos previstos no Programa Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais e outros investimentos previstos no Pacto por Santa Catarina, bem como as subações a serem desenvolvidas com recursos contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para investimentos na infraestrutura rodoviária.

Ainda fazem parte das prioridades, as subações estabelecidas pelas Empresas Públicas Estaduais, pelo Tribunal de Justiça do Estado e pelo Ministério Público de Santa Catarina.

O quadro a seguir apresenta as subações priorizadas na LDO 2018 e incluídas na presente proposta orçamentária:

PODER / PROGRAMA / SUBAÇÃO	VALOR
PODER JUDICIÁRIO	12.369.210
931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	12.369.210
06602 - Reforma dos prédios do Fórum de Blumenau - FRJ	2.753.733
11634 - Construção do Fórum de Imbituba - FRJ	757.753
11640 - Reforma do Fórum de Tubarão - FRJ	2.314.737
11717 - Ampliação do Fórum de Balneário Camboriú - FRJ	430.429
12002 - Construção do Fórum de Timbó - FRJ	6.112.558
MINISTÉRIO PÚBLICO	704.722.100
910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	123.750.129
06614 - Modernização e desenvolvimento institucional	25.153.584
06763 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	39.572.887
06766 - Aperfeiçoamento de membros e servidores do Ministério Público	1.675.500
10117 - Manutenção, conservação e reforma das instalações	13.062.100
12494 - Aquisição/construção edifício sede do MPSC	10.000
12715 - Construção do Almoxarifado Central	10.000
12716 - Construção do edifício das Promotorias de Justiça de Lages	6.000.000
12717 - Construção do edifício das Promotorias de Justiça de Chapecó	100.000
12718 - Construção do edifício das Promotorias de Justiça de Joinville	100.000
14080 - Aquisição/construção do edifício das Promotorias de Justiça de Mafra	10.000
14081 - Aquisição/construção do edifício das Promotorias de Justiça de Biguaçu	10.000
14083 - Aquisição/construção do edifício das Promotorias de Justiça de Videira	10.000
14085 - Aquisição/construção do edifício das Promotorias de Justiça de São José	4.500.000
14086 - Aquisição/construção do edifício das Promotorias de Justiça de Brusque	10.000
14087 - Coordenação e suporte dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	33.516.058
11114 - Aquisição, construção ou ampliação de espaços físicos do Ministério Público	10.000
915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	580.971.971
06499 - Reconstituição de bens lesados	8.212.647
06518 - Custeio dos honorários periciais	912.516
06765 - Coordenação institucional	571.846.808
PODER EXECUTIVO	1.851.957.473



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PODER / PROGRAMA / SUBAÇÃO	VALOR
100 - Caminhos do Desenvolvimento	15.725.140
01980 - Reabilitação da SC-390, trecho BR-116 - Campo Belo do Sul	100.000
119 - Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	600.000
12440 - Reabilitação/aumento capacidade SC-412, trecho BR-101 - Ilhota - Gaspar e contorno de Ilhota	2.000.000
12639 - Adequação e melhoria da infraestrutura aquaviária dos portos e hidrovias - SIE	12.026.240
12842 - Revitalização da rede física nas UES - lote I - FEDUC - SED	998.900
101 - Acelera Santa Catarina	62.793.186
009367 - Reabilitação da ponte Hercílio Luz em Florianópolis	20.000.000
01450 - Conclusão implant/supervisão via Expressa Sul e acessos, incl ao aeroporto H Luz em Fpolis	20.000.000
01954 - Reabilit/aum capac da SC-135/453, trecho Videira - Tangará - Ibicaré - Luzerna – Joaçaba - BR-282	5.000.000
06661 - Pavimentação do trecho entroncamento BR-280 (p/ Araquari) - Rio do Morro - Joinville	2.000.000
12599 - Renovação da frota e equipamentos - SSP	2.500.000
12605 - Modernização e integração da tecnologia da informação e comunicação - SSP	2.500.000
12606 - Construção e ampliação de instalações físicas municípios - SSP	5.796.688
12843 - Revitalização da rede física nas UES - lote II - FEDUC - SED	4.996.498
1302 - AP - Pavimentação da SC-370, trecho Urubici - Serra do Corvo Branco - Aiurê - Grão Pará	10.000.000
105 - Mobilidade Urbana	19.375.348
10121 - Implantação e requalificação dos eixos estruturais Sist Integrado Transp Coletivo Joinville - BNDES	2.899.829
11166 - Implantação da Via Rápida, trecho Criciúma - BR-101 - BID-VI	11.000.000
12932 - Implantação do acesso norte de Blumenau - Vila Itoupava - SIE	5.455.519
12938 - AP - Implantação do contorno viário leste de Chapecó - SIE	20.000
110 - Construção de Rodovias	124.466.664
00321 - Gerenciamento dos Programas BID	5.617.389
00333 - Pavimentação trecho Vila da Glória - Jaca/Itapoá	100.000
00335 - AP - Pavimentação da SC-477, trecho Papanduva - entr. SC-114 - Itaió - entr. SC-112 - Dr. Pedrinho	22.200.000
00846 - Pavimentação da SC-467, trecho Jaborá - entr SC-150 (p/ Ouro) /ct ac Jaborá /ac Sta Helena - BID-VI	16.000.000
00910 - Pavimentação da SC-290, trecho Praia Grande - Divisa SC/RS - BID-VI	1.000.000
08575 - Apoio ao sistema viário estadual - SIE	46.654.014
08781 - AP - Pavimentação da SC-120, trecho Curitibaanos - BR-282 (p/ São José do Cerrito)	5.000.000
10209 - Gerenciamento de programas de financiamento	2.500.000
12336 - Pavimentação do contorno viário de Garuva à BR-101 - BID-VI	500.000
12640 - Gerenciamento do programa de financiamento BB - Caminhos Estratégicos - SIE	3.000.000
12697 - AP - Pavim SC-390, tr BR-116 p Lages-São Jorge, acesso Bodegão p Usina Pai-Querê/ Coxilha Rica	16.795.261
12935 - AP - Implantação do contorno viário de Capinzal - Ouro - SIE	5.000.000
1296 - Pavimentação da SC-114 Caminho das Neves, trecho São Joaquim - Divisa SC/RS	100.000
120 - Integração Logística	20.000
10722 - AP - Adequação e melhoria da infraestrutura no aeroporto de Chapecó	20.000
140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	96.090.000
01605 - Reabilit./aumento de capac./melhorias/superv Rod SC-400/401/402/403/404/405 e 406 em Fpolis	5.050.000
01617 - AP - Reabilit/aumento de capacidade da SC-418, trecho São Bento do Sul - Fragosos - Divisa SC/PR	1.000.000
01945 - AP - Reabilitação/aumento capacidade da SC-407, trecho Biguaçu - Antônio Carlos	2.000.000
02002 - AP - Reabili/aum cap SC-283, tr BR-153 -Concórdia- Seara-Chapecó - S Carlos - Palmitos - Mondaí	2.000.000
02255 - Reabilitação/aumento de capacidade da SC-486, trecho BR-101 - Brusque	63.000.000
02287 - Reabilitação da SC-110 trecho Ituporanga - entroncamento SC-281 (p/ Imbuia)	10.000
02302 - AP - Reabilitação da SC-110/390, trecho São Joaquim - Cruzeiro - Alto Serra do Rio do Rastro	2.000.000
03548 - Reabilitação e aumento de capacidade de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	6.020.000
11220 - AP - Reabilitação da SC-114, trecho Otacílio Costa - entroncamento BR-282 (p/ Lages)	15.000.000
12443 - Reabilitação da SC-114, trecho Lages - Painel	10.000
150 - Modernização Portuária	56.957.500
12822 - Reforma e ampliação de edificações - SCPAr Porto	1.447.500
12824 - Construção de prédios e instalações - SCPAr Porto	7.310.000
12827 - Projeto e execução de ampliação do berço 3 - SCPAr Porto	22.000.000
12831 - Ampliação do sistema viário - SCPAr Porto	2.800.000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PODER / PROGRAMA / SUBAÇÃO	VALOR
12832 - Melhorias na sinalização náutica - SCPar Porto	900.000
12834 - Recuperação e ampliação do molhe - SCPar Porto	16.500.000
13180 - Implantação da área de apoio logístico portuário do Porto de Imbituba - AALP - SCPar	3.000.000
14108 - Ampliação da capacidade operacional do Porto de Imbituba	3.000.000
160 - Geração de Energia Elétrica	300.000
10083 - Ampliação PCH Celso Ramos - município de Faxinal dos Guedes	100.000
11994 - Reativação PCH Maruim - município de São José	100.000
13234 - Construção de novas PCHs em parc. e aquisição de outorgas de concessão de geração de energia	100.000
180 - Expansão do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	287.917.876
00281 - Eficientização energética	30.000.000
00526 - Construção subestação alta tensão	48.000.000
00583 - Ampliação subestação alta tensão	30.571.179
00599 - Construção de linha de transmissão de alta tensão	66.846.697
00744 - Ampliação rede distribuição elétrica	42.000.000
00812 - Melhoria rede distribuição elétrica	35.000.000
00922 - Construção de alimentadores	31.000.000
00949 - Pesquisa e desenvolvimento	4.500.000
186 - Comercialização, Eficientização e Medição de Energia Elétrica	28.609.073
00159 - Instalação de medidor, ramal de ligação e automação	28.609.073
187 - Adequação e Melhoria da Estrutura Empresarial - CELESC	41.000.000
00941 - Aquisição de veículos	12.000.000
00952 - Atualização dos equipamentos de tecnologia da informação	13.000.000
00953 - Atualização do software da tecnologia da informação	16.000.000
188 - Concessões, Participações e Parcerias Público-Privadas	12.501.000
11680 - Participação acionária em empresas, concessões e SPEs, e também em outras modalidades	12.501.000
190 - Expansão do Gás Natural	56.812.930
11510 - Extensão da rede de distribuição de gás natural - Industrial	10.990.407
11511 - Extensão de rede de distribuição de gás natural - GNV	1.789.554
11512 - Extensão de rede de distribuição de gás natural - Comercial	3.697.517
13497 - Extensão de rede de distribuição de gás natural - Residencial	2.142.948
13502 - Expansão de rede de distribuição de gás natural - Projeto Serra Catarinense	29.906.763
13508 - Remanejamento de rede de distribuição de gás natural - BR-470 e BR-280	8.285.741
200 - Competitividade e Excelência Econômica	349.976.000
00581 - Implantação de infraestrutura tecnológica no Sapiens Parque	
00658 - Modernização da infraestrutura da Zona de Processamento e Exportação de Imbituba	
08421 - Implementação de novas modalidades lotéricas - CODESC	
10278 - Apoio creditício às micro e pequenas empresas - BADESC	83.716.000
10281 - Apoio creditício às empresas de médio e grande porte - BADESC	125.576.000
10283 - Apoio creditício ao sistema de microcrédito - BADESC	21.780.000
10287 - Apoio creditício ao desenvolvimento dos municípios - BADESC	118.904.000
220 - Governança Eletrônica	10.000.000
13014 - Ampliação da capacidade de atendimento do Data Center	5.000.000
13016 - Expansão da rede de Governo	4.000.000
13081 - Disponibilização de novas soluções tecnológicas para o Governo e cidadão	1.000.000
360 - Abastecimento de Água	39.043.219
10554 - Implantação da adutora do rio Chapecozinho em Xanxerê	39.043.219
365 - Esgoto Sanitário	162.560.782
09540 - AP - Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Rio do Sul	3.759.996
09544 - AP - Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Videira	24.628.194
09546 - AP - Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Caçador	12.419.838
09549 - Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Concórdia	14.550.042
09559 - Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Biguaçu	8.716.207
10272 - Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Florianópolis (Ingleses)	36.447.381



PODER / PROGRAMA / SUBAÇÃO	VALOR
10273 - Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Florianópolis (Bacia D/F)	24.042.424
10274 - Ampliação do sistema de esgotamento sanit. de Fpolis (Saco Grande/Monte Verde/João Paulo)	37.996.700
430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	298.600.000
11320 - Realização de procedimentos contemplados na programação	282.800.000
11324 - Realização de cirurgias eletivas ambulatoriais e hospitalares	15.800.000
510 - Gestão do SUAS	15.100.000
12393 - Pagamento de benefícios de gestação múltipla	2.100.000
12483 - Transferência de renda complementar - Santa Renda	13.000.000
610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	75.700.540
11490 - AP - Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - rede física - educação básica	75.700.540
630 - Gestão do Ensino Superior	15.056.001
05317 - Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Joinville	8.270.000
05318 - Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/São Bento do Sul	3.850.001
12709 - Ampliação e expansão do campus da UDESC - ADR - Ibirama	2.936.000
730 - Prevenção e Preparação para Desastres	30.150.000
12027 - Projetos e obras preventivas de alta complexidade nas Bacias Hidrográficas Catarinenses	30.150.000
745 - Fortalecendo Direitos	8.297.312
12522 - Ampliação da atuação do Estado na Defensoria Pública	8.297.312
750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	44.904.902
10924 - Construção, reforma e ampliação de unidades do sistema prisional e socioeducativo	42.354.902
12548 - Construção da penitenciária industrial de São Bento do Sul	1.000.000
12556 - Construção do centro de atendimento socioeducativo (CASE) de Criciúma	1.550.000
TOTAL GERAL	2.569.048.783

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE JANEIRO A JUNHO DE 2017

A execução orçamentária de janeiro a junho de 2017 permite comparar as receitas que foram estimadas com as receitas efetivamente arrecadadas, bem como comparar as despesas fixadas com as realizadas, retratando os resultados obtidos no período. Serão apresentados também a situação financeira e o passivo financeiro do Estado, em 30 de junho de 2017.

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

A receita líquida, arrecadada nesse período, totalizou R\$ 11.791.824.932,11 (onze bilhões, setecentos e noventa e um milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e trinta e dois reais e onze centavos), correspondendo a 45% do total orçado para 2017, conforme dados apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Comparativo entre a Receita Orçada e Arrecadada de 2017, até 30/06/2017 – Consolidado Geral Em R\$

DESCRIÇÃO	DOT INICIAL	ARRECADADAÇÃO	% REALIZADO	A REALIZAR
1 - RECEITAS CORRENTES	32.759.960.963	15.367.543.112	47,0%	17.392.417.851
1.1 – Receita Tributária	23.554.602.954	11.286.676.827	48,0%	12.267.926.127
1.2 – Receita de Contribuições	881.055.705	425.844.645	48,0%	455.211.060
1.3 – Receita Patrimonial	886.708.023	426.551.260	48,0%	460.156.763
1.4 – Receita Agropecuária	1.095.733	592.395	54,0%	503.338
1.5 – Receita Industrial	3.676.899	1.598.612	43,0%	2.078.287
1.6 – Receita de Serviços	722.067.211	300.003.649	42,0%	422.063.562



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DESCRIÇÃO	DOT INICIAL	ARRECADAÇÃO	% REALIZADO	A REALIZAR
1.7 – Transferências Correntes	5.837.766.814	2.433.998.557	42,0%	3.403.768.257
1.9 – Outras Receitas Correntes	872.987.624	492.277.168	56,0%	380.710.456
2 - RECEITAS DE CAPITAL	1.392.144.649	180.902.119	13,0%	1.211.242.530
2.1 – Operações de Crédito	1.248.932.434	145.196.017	12,0%	1.103.736.417
2.2 – Alienação de Bens	49.765.221	2.963.335	6,0%	46.801.886
2.3 – Amortização de Empréstimos	12.078.000	11.171.592	92,0%	906.408
2.4 – Transferências de Capital	51.368.994	21.571.175	42,0%	29.797.819
2.5 – Outras Receitas de Capital	30.000.000	-	0,0%	30.000.000
7 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.343.477.477	808.240.587	60,0%	535.236.890
7.2 - Receita de Contribuições	936.351.184	645.631.652	69,0%	290.719.532
7.3 - Receita Patrimonial	4.620.825	682.493	15,0%	3.938.332
7.6 - Receita de Serviços	316.830.291	121.049.949	38,0%	195.780.342
7.9 - Outras Receitas Correntes	85.675.177	40.876.493	48,0%	44.798.684
8 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	6.000.000	4.539.120	76,0%	1.460.880
8.5 - Outras Receitas de Capital	6.000.000	4.539.120	76,0%	1.460.880
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-9.427.961.089	-4.569.400.006	48,0%	-4.858.561.083
9.1 – Deduções da Receita Tributária	-8.901.530.217	-4.256.960.759	48,0%	-4.644.569.458
9.2 – Deduções da Receita de Contribuições	-	-962.129		962.129
9.3 – Dedução Receita Patrimonial	-	-27.929.867		27.929.867
9.6 – Dedução da Receita de Serviços	-	-269.537		269.537
9.7 – Transferências Correntes	-374.745.183	-187.447.540	50,0%	-187.297.643
9.9 – Outras Deduções	-151.685.689	-95.830.174	63,0%	-55.855.515
TOTAL	26.073.622.000	11.791.824.932	45,0%	14.281.797.068

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Entre janeiro e junho de 2017, a arrecadação bruta do principal tributo estadual, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS totalizou R\$ 9.569.737.261,71 (nove bilhões, quinhentos e sessenta e nove milhões, setecentos e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e um reais e setenta e um centavos), representando um incremento de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior. O montante representa 48% do valor orçado para o ano. A composição dos recursos do ICMS está apresentada na tabela 2.

Tabela 2 – Comparativo da Receita Orçada e Arrecadada de ICMS para 2016 e 2017, até 30/06/2017 – Consolidado Geral (Em R\$)

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL		ARRECADAÇÃO		% ARRECADADO	
	2016	2017	ATÉ Jun/16	ATÉ jun/17	2016/2017	DO ORÇADO 2017
ICMS - ESTADUAL	14.606.926.586	14.802.855.374	6.405.637.352	7.177.302.987	12,0%	48,0%
Principal	14.431.452.663	14.613.033.169	6.313.102.837	7.040.122.083	12,0%	48,0%
Multas e Juros de Mora	100.130.939	103.196.255	46.310.932	43.911.859	-5,0%	43,0%
Dívida Ativa	37.477.049	43.624.847	25.135.965	60.971.565	143,0%	140,0%
Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa	37.865.935	43.001.103	21.087.618	32.297.480	53,0%	75,0%
ICMS - MUNICIPAL	4.868.975.416	4.934.285.133	2.135.212.408	2.392.434.275	12,0%	48,0%
Principal	4.810.484.181	4.871.011.065	2.104.367.595	2.346.707.340	12,0%	48,0%
Multas e Juros de Mora	33.376.939	34.398.752	15.436.963	14.637.269	-5,0%	43,0%
Dívida Ativa	12.492.335	14.541.615	8.378.651	20.323.849	143,0%	140,0%



DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL		ARRECADAÇÃO		% ARRECADADO	
	2016	2017	ATÉ Jun/16	ATÉ jun/17	2016/2017	DO ORÇADO 2017
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	12.621.961	14.333.701	7.029.200	10.765.817	53,0%	75,0%
TOTAL	19.475.902.002	19.737.140.507	8.540.849.760	9.569.737.262	12,0%	48,0%

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

A tabela 3 apresenta a despesa autorizada para 2017 após a incorporação dos créditos adicionais e a despesa realizada até junho do mesmo ano. Os dados indicam que a despesa realizada no período de janeiro a junho de 2017 alcançou R\$ 11.737.871.183,44 (onze bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, oitocentos e setenta e um mil, cento e oitenta e três reais, e quarenta e quatro centavos), correspondendo a 41% da despesa autorizada para 2017.

A despesa a realizar em 2017, na data de 30/06/2017, soma R\$17.200.177.113,15 (dezessete bilhões, duzentos milhões, cento e setenta e sete mil, cento e treze reais e quinze centavos).

Tabela 3 – Comparativo entre a Despesa Autorizada (com incorporação dos créditos adicionais) e a Realizada até 30/06/2017 – Consolidado Geral (Em R\$)

DESCRIÇÃO	AUTORIZADA	REALIZADA (LIQUIDADA)	% REALIZADO	A REALIZAR
DESPESAS CORRENTES	24.099.366.356,97	10.732.099.489,04	45%	13.367.266.867,93
Pessoal e Encargos Sociais	13.818.318.028,14	7.530.822.641,56	54%	6.287.495.386,58
Juros e Encargos da Dívida	778.895.218,77	356.937.105,36	46%	421.958.113,41
Outras Despesas Correntes	9.502.153.110,06	2.844.339.742,12	30%	6.657.813.367,94
DESPESAS DE CAPITAL	4.837.681.939,62	1.005.771.694,40	21%	3.831.910.245,22
Investimentos	4.021.016.928,21	718.214.006,60	18%	3.302.802.921,61
Inversões Financeiras	177.165.965,82	18.487.512,47	10%	158.678.453,35
Amortização da Dívida	639.499.045,59	269.070.175,33	42%	370.428.870,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	0,00	0%	1.000.000,00
TOTAL	28.938.048.296,59	11.737.871.183,44	41%	17.200.177.113,15

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Da análise da execução orçamentária, constata-se que no 1º semestre de 2017 o Governo do Estado executou 41% (tabela 3) da despesa autorizada e arrecadou 45% (tabela 1) da receita orçada para 2017.

1.3 POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

A tabela a seguir apresenta a situação financeira do Estado de janeiro a junho de 2017, especificando os ingressos e dispêndios consolidados dos órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

Tabela 4 – Balanço Financeiro até 30/06/2017 – Consolidado Geral

Em R\$



1	SALDO ANTERIOR	9.217.933.234,58
2	Receita Orçamentária	11.791.824.932,11
3	Transferência Recebidas	32.817.288.320,27
4	Recebimentos Extras	10.663.541.215,19
5	TOTAL DAS ENTRADAS (2 + 3 + 4)	55.272.654.467,57
6	Despesas Orçamentárias	14.475.311.750,69
7	Transferências Concedidas	32.817.288.320,27
8	Pagamentos Extras	7.228.616.443,22
9	TOTAL DAS SAÍDAS (6 + 7 + 8)	54.521.216.514,18
10	DISPONÍVEL PARA O PERÍODO SEGUINTE (1 + 5 - 9)	9.969.371.187,97
10.1	Caixa e Equivalente de Caixa	9.969.371.187,97
10.1.1	Assembleia Legislativa do Estado	54.027.960,91
10.1.2	Tribunal de Contas do Estado	44.266.533,70
10.1.3	Tribunal de Justiça do Estado	6.424.116.283,93
10.1.4	Ministério Público	167.694.700,53
10.1.5	Poder Executivo	3.279.265.708,90

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

1.4 PASSIVO FINANCEIRO

O passivo financeiro é uma categoria do passivo, contida no Balanço Patrimonial das entidades do setor público, que compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Tais compromissos abrangem, basicamente, os “Restos a Pagar”, os “Serviços da Dívida a Pagar”, as “Retenções de Terceiros” (por exemplo, as pensões alimentícias e impostos) e os “Depósitos” (por exemplo, as cauções e/ou as garantias recebidas de terceiros e os depósitos judiciais).

Como se observa, todas estas modalidades de compromissos dependem apenas de decisão administrativa ou judicial para serem entregues aos interessados, não envolvendo atos de execução no orçamento do exercício.

O passivo financeiro da administração direta e indireta, em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 9.505.937.130,12 (nove bilhões, quinhentos e cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil, cento e trinta reais e doze centavos), conforme discriminado na tabela 5.

Tabela 5 – Demonstrativo do Passivo Financeiro ATÉ 30/06/2017

Em R\$

CONTAS	FUNDOS	FUNDA- ÇÕES	AUTARQUIAS	ADM. DIRETA	EMPRESAS	TOTAL
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	128.325.214	20.754.440	212.496.435	181.925.482	8.489.017	551.990.588
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0,00	74.863.865	0	74.863.865
Fornecedores e Contas a Pagar	189.937.983	194.714	38.943.999	54.813.045	4.102.955	287.992.695
Obrigações Fiscais	17.852	0	1.255.927	5.879.314	4.908	7.158.000
Demais Obrigações	214.317.792	3.934.326	70.208.630	8.285.582.406	9.888.828	8.583.931.982



TOTAL	532.598.841	24.883.480	322.904.992	8.603.064.111	22.485.707	9.505.937.130
--------------	--------------------	-------------------	--------------------	----------------------	-------------------	----------------------

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

2 ESTIMATIVA DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA PARA 2018

2.1 ESTIMATIVA DA RECEITA

A receita do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício financeiro de 2018 está estimada em R\$ R\$ 26.429.412.131,00 (vinte e seis bilhões, quatrocentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e doze mil e cento e trinta e um reais) correspondendo a um crescimento de 1,36% em relação à estimada para o exercício de 2017, orçada em R\$ 26.073.622.000,00 (vinte e seis bilhões, setenta e três milhões e seiscentos e vinte e dois mil reais).

A Receita Corrente Líquida – RCL, conceito estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que serve de base para a verificação do cumprimento dos limites de Gastos com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, das contratações de Operações de Crédito e Concessão de Garantias, está estimada em R\$ 23.056.425.936,00 (vinte e três bilhões, cinquenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil e novecentos e trinta e seis reais), representando um crescimento de 2,69%, se comparada à orçada para 2017, no valor de R\$ 22.451.974.876,00 (vinte e dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e setenta e quatro mil e oitocentos e setenta e seis reais).

As receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, base de cálculo para a aplicação de recursos públicos em Ações e Serviços Públicos de Saúde e na Manutenção e no Desenvolvimento do Sistema de Ensino, totalizaram R\$ 19.937.468.593,00 (dezenove bilhões, novecentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e quinhentos e noventa e três reais).

A Receita Líquida Disponível – RLD, base de cálculo para o estabelecimento dos limites percentuais de despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público de Santa Catarina e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, cujo conjunto é composto pela Fonte 0.1.00, no valor de R\$ 16.050.000.000,00 (dezesseis bilhões e cinquenta milhões de reais), fonte 0.1.61 no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e fonte 0.1.6.2 no valor de R\$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais), totalizando o valor estimado em R\$ 16.308.000.000,00 (dezesseis bilhões e trezentos e oito milhões de reais), representando um crescimento de 6,89%, se comparada à orçada para 2017, nas mesmas fontes, no valor de R\$ 15.257.000.000,00 (quinze bilhões, duzentos e cinquenta e sete reais).

As receitas oriundas de operações de crédito internas e externas estão estimadas em R\$ 350.318.593,00 (trezentos e cinquenta milhões, trezentos e dezoito mil e quinhentos e noventa e três reais).

No Orçamento de Investimento das empresas em que o Estado direta ou indiretamente detém a maioria do capital social, com direito a voto, a receita totaliza R\$ 1.641.434.260,00 (um bilhão, seiscentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e duzentos e sessenta reais).



2.2 FIXAÇÃO DAS DESPESAS

A despesa orçamentária fixada em R\$ R\$ 26.429.412.131,00 (vinte e seis bilhões, quatrocentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e doze mil e cento e trinta e um reais), obedece a preceitos constitucionais e legais, à LDO 2018, à Lei Nº 16.859, de 18 de dezembro de 2015, que “Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências” e à sua revisão.

A despesa total com pessoal totaliza R\$ 14.236.122.636,00 (quatorze bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, cento e vinte e dois mil e seiscentos e trinta e seis reais).

Com referência aos recursos a serem aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme preconiza o § 3º do Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, o Estado aplicará o valor de R\$ 2.792.522.085 (dois bilhões, setecentos e noventa e dois milhões, quinhentos e vinte e dois mil e oitenta e cinco reais), correspondendo a 14,01% das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, não estando computadas nesse percentual as despesas com pessoal inativo.

Quanto à Manutenção e ao Desenvolvimento do Sistema de Ensino, o Estado aplicará R\$ 4.988.446.296,00 (quatro bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil e duzentos e noventa e seis reais), correspondendo a 25,02 da receita de impostos e transferências da União ao Estado, não estando computadas nesse percentual as despesas com pessoal inativo.

As despesas do Orçamento de Investimento correspondem a R\$ 1.641.434.260,00 (um bilhão, seiscentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e duzentos e sessenta reais).

3 RENÚNCIA FISCAL

Em cumprimento ao disposto no art. 165, §5º da Constituição Federal, foi elaborado o presente documento, que acompanha a proposta orçamentária relativa ao ano de 2018, contendo o demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Vale ressaltar que a renúncia apresentada abrange apenas os benefícios fiscais autônomos, ou seja, aqueles concedidos pelo Estado de Santa Catarina relativos aos tributos de sua competência. Assim, as hipóteses de imunidade e não incidência, por estarem fora do campo da incidência tributária, não são consideradas uma renúncia, haja vista que o ente federativo não está abrindo mão de receita, e sim deixando de efetuar a cobrança do imposto em virtude das limitações impostas pelo texto constitucional ou pela Legislação Federal.

É importante destacar que a estimativa ora apresentada tem caráter eminentemente técnico, vale dizer, somente se realizará caso as operações mercantis que fazem nascer o direito de o Estado tributar, efetivamente ocorram, tal como estimado. Por outro lado, caso os benefícios fiscais não existissem, isso não significaria que a arrecadação simplesmente aumentaria, somando-se o valor da renúncia à arrecadação tributária. Isso por que as operações mercantis poderiam simplesmente não acontecer, ou migrar para outras unidades da Federação, sobretudo num ambiente como o que vivemos em nosso país, onde existem benefícios fiscais em todos os Estados, visando atrair investimentos, naquilo que se costuma denominar “guerra fiscal”. Assim, pode-se dizer que a concessão de benefícios fiscais possui mais de uma função, atuando ora com caráter soci-



al, ora com caráter de estímulo ao desenvolvimento econômico do Estado, sendo que neste último caso a renúncia fiscal contribui para o crescimento da arrecadação.

3.1 Fontes de dados

De forma geral, o presente relatório é baseado em duas informações: a estimativa de renúncia de receitas, consoante à Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a previsão da arrecadação dos tributos para o ano de 2018.

Grande parte da estimativa de renúncia de receita é obtida diretamente do Sistema de Administração Tributária, o qual, a partir do local do estabelecimento do contribuinte que recebe o benefício fiscal, é possível discriminar o impacto da renúncia por região fiscal (Gerência Regional de Fiscalização).

Contudo, existe uma parcela da renúncia que é calculada a partir de dados externos (IBGE, EPAGRI, etc.), principalmente em virtude de alguma limitação tecnológica ou pelo fato de que o investimento em tal controle se mostra deveras oneroso em face do benefício alcançado (incentivos de pouca expressão financeira). De posse desse valor, o rateio para cada região fiscal é feito, também, a partir de critérios externos que guardam forte correlação com o benefício concedido. Ex.: O benefício de exclusão do acréscimo financeiro do comércio varejista é rateado a partir do faturamento das empresas que estão cadastradas no CNAE de comércio varejista.

Por fim, em relação à previsão de arrecadação, ressaltamos a mudança na referência em relação à proposta orçamentária enviada em 2017.

Antes, usava-se como referência valores gerenciais de arrecadação do tributo, o que conferia ao relatório certa fragilidade, por se tratar de um dado não oficial. Para sanar esse problema, adotou-se como referência a previsão de receitas prevista no art. 52, I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, publicada pela bimestralmente em <http://www.sef.sc.gov.br/relatorios/dcog/relat%C3%B3rio-resumido-da-execu%C3%A7%C3%A3o-or%C3%A7ament%C3%A1ria>, no RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

Assim, a partir da previsão de arrecadação tributária e da previsão de despesa total para o ano corrente, aplica-se os percentuais de crescimento do PIB e da inflação publicados Ministério do Planejamento, disponível em http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2015/ppa-2016_19-vfinal.pdf.

3.2 Classificação dos benefícios fiscais

Apesar da natureza arrecadatória dos tributos de competência estadual, não se pode negar o seu relativo caráter extrafiscal, quando Administração, com vistas a implementação das políticas públicas do governo, decide promover o desenvolvimento de setores econômicos estratégicos do Estado, ou beneficiar as regiões que apresentam um IDH baixo, ou, até mesmo, favorecer as classes sociais menos favorecidas.

Dessa forma, para se alcançar o bem comum, o Estado lança mão das seguintes modalidades de benefícios fiscais:

- **Isenção:** Dispensa do pagamento do imposto devido;



- **Redução da base de cálculo:** Dispensa parcial do pagamento do tributo, dentro dos percentuais previstos no RICMS/SC;
- **Crédito presumido:** Consiste na atribuição de determinado percentual de crédito sobre suas operações, quando da apuração mensal do imposto a recolher. Esse crédito pode ser concedido em substituição aos créditos efetivos ou adicionalmente a estes.
- **Remissão/Anistia:** Consiste no perdão do crédito tributário constituído (imposto/multa).

3.3 Demonstrativo regionalizado do impacto sobre as receitas e despesas

A tabela a seguir mostra a distribuição regional do impacto das renúncias consolidadas sobre a receita tributária líquida (coluna “% REC. TRIB.”)¹ e da despesa total fixada (coluna “% DESP. TOT.”)² para o ano de 2018, em valores correntes.

GERÊNCIA REGIONAL	VALOR (EM R\$ 1.000)	% REC. TRIB.	% DESP. TOT.
1ª GERFE - Florianópolis	421.714	2,77%	1,56%
2ª GERFE - Itajaí	1.191.830	7,83%	4,40%
3ª GERFE - Blumenau	792.778	5,21%	2,93%
4ª GERFE - Rio do Sul	232.182	1,53%	0,86%
5ª GERFE - Joinville	1.061.280	6,97%	3,92%
6ª GERFE - Porto União	187.104	1,23%	0,69%
7ª GERFE - Joaçaba	462.030	3,04%	1,71%
8ª GERFE - Chapecó	505.376	3,32%	1,87%
9ª GERFE - Curitibaanos	119.383	0,78%	0,44%
10ª GERFE - Lages	56.266	0,37%	0,21%
11ª GERFE - Tubarão	206.652	1,36%	0,76%
12ª GERFE - Criciúma	250.695	1,65%	0,93%
13ª GERFE - São Miguel d'Oeste	136.730	0,90%	0,50%
14ª GERFE - Mafra	102.749	0,68%	0,38%
15ª GERFE - Araranguá	76.437	0,50%	0,28%
TOTAL	5.803.206	38,14%	21,44%

A tabela a seguir mostra o impacto das renúncias sobre as receitas tributária e as despesas totais, segregados por Gerência Regional da Fazenda Estadual – GERFE- e setor econômico.

¹ O valor projetado para 2017 da receita tributária líquida é de R\$ 14.653.072.737,00, conforme página pág. 2 do relatório de execução orçamentária disponível em http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/relatorio/62/Relat%C3%B3rio_Resumido_da_Execu%C3%A7%C3%A3o_Or%C3%A7ament%C3%A1ria. Aplicando-se projeções de PIB e inflação constante no 34º Boletim Focus, projeta-se uma receita de R\$ 15.218.964.735,07 para 2018.

² O valor fixado para 2017 da despesa total é de R\$ 26.073.622.000,00, conforme página pág. 4 do relatório de execução orçamentária disponível em http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/relatorio/62/Relat%C3%B3rio_Resumido_da_Execu%C3%A7%C3%A3o_Or%C3%A7ament%C3%A1ria. Aplicando-se projeções de PIB e inflação constante no 34º Boletim Focus, projeta-se uma despesa total de R\$ 27.080.568.073,05 para 2018.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SETOR	1ª GERFE – FLORIANÓPOLIS ³			2ª GERFE - ITAJAÍ ⁴			3ª GERFE - BLUMENAU ⁵		
	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	33.492	0,2%	0,1%	258.789	1,7%	1,0%	89.400	0,6%	0,3%
Têxtil	8.545	0,1%	0,0%	301.918	2,0%	1,1%	462.240	3,0%	1,7%
Importação	87.368	0,6%	0,3%	360.268	2,4%	1,3%	36.560	0,2%	0,1%
Benefícios de caráter social	73.043	0,5%	0,3%	74.257	0,5%	0,3%	62.692	0,4%	0,2%
Embalagens e descartáveis	4.692	0,0%	0,0%	8.463	0,1%	0,0%	13.669	0,1%	0,1%
Metal-mecânico	348	0,0%	0,0%	996	0,0%	0,0%	5.473	0,0%	0,0%
Informática e telecomunicações	78.157	0,5%	0,3%	23.869	0,2%	0,1%	13.525	0,1%	0,1%
Fomento às pequenas empresas ⁶	10.204	0,1%	0,0%	26.779	0,2%	0,1%	31.189	0,2%	0,1%
Transportes e implementos rodoviários	9.395	0,1%	0,0%	22.115	0,2%	0,1%	17.622	0,1%	0,1%
Fomento à industrialização catarinense ⁷	777	0,0%	0,0%	6.615	0,0%	0,0%	1.535	0,0%	0,0%
Energia, combustíveis e lubrificantes	41.012	0,3%	0,2%	15.540	0,1%	0,1%	8.937	0,1%	0,0%
Atacadistas	14.662	0,1%	0,1%	468	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Náutico	16.226	0,1%	0,1%	29.196	0,2%	0,1%	-	0,0%	0,0%
Construção civil	2.190	0,0%	0,0%	6.771	0,0%	0,0%	1.365	0,0%	0,0%
Comércio varejista	9.268	0,1%	0,0%	7.332	0,1%	0,0%	3.080	0,0%	0,0%
Outros	32.335	0,2%	0,1%	48.456	0,3%	0,2%	45.492	0,3%	0,2%
TOTAL	421.714	2,8%	1,6%	1.191.830	7,8%	4,4%	792.778	5,2%	2,9%

³ 1ª GERFE: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara.

⁴ 2ª GERFE: Balneário Camboriu, Bombinhas, Botuvera, Brusque, Camboriu, Canelinha, Guabiruba, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Major Gercino, Navegantes, Nova Trento, Penha, Balneário de Piçarras, Porto Belo, São João Batista e Tijucas.

⁵ 3ª GERFE: Apiúna, Ascura, Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

⁶ Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

⁷ Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

(Continuação)

SETOR	4ª GERFE - RIO DO SUL ⁸			5ª GERFE - JOINVILLE ⁹			6ª GERFE - PORTO UNIÃO ¹⁰		
	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	118.414	0,8%	0,4%	90.876	0,6%	0,3%	12.612	0,1%	0,1%
Têxtil	21.594	0,1%	0,1%	185.147	1,2%	0,7%	9.049	0,1%	0,0%
Importação	1.125	0,0%	0,0%	146.292	1,0%	0,5%	6.917	0,1%	0,0%
Benefícios de caráter social	35.036	0,2%	0,1%	80.583	0,5%	0,3%	13.284	0,1%	0,1%
Embalagens e descartáveis	21.528	0,1%	0,1%	41.596	0,3%	0,2%	123.676	0,8%	0,5%
Metal-mecânico	174	0,0%	0,0%	197.687	1,3%	0,7%	29	0,0%	0,0%
Informática e telecomunicações	2.193	0,0%	0,0%	62.712	0,4%	0,2%	1.351	0,0%	0,0%
Fomento às pequenas empresas ¹¹	15.603	0,1%	0,1%	45.973	0,3%	0,2%	1.390	0,0%	0,0%
Transportes e implementos rodoviários	1.616	0,0%	0,0%	39.351	0,3%	0,2%	5.346	0,0%	0,0%
Fomento à industrialização catarinense ¹²	-	0,0%	0,0%	34.481	0,2%	0,1%	-	0,0%	0,0%
Energia, combustíveis e lubrificantes	3.900	0,0%	0,0%	14.870	0,1%	0,1%	5.948	0,0%	0,0%
Atacadistas	1.716	0,0%	0,0%	42.041	0,3%	0,2%	-	0,0%	0,0%
Náutico	-	0,0%	0,0%	4.856	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Construção civil	538	0,0%	0,0%	2.895	0,0%	0,0%	513	0,0%	0,0%
Comércio varejista	960	0,0%	0,0%	6.424	0,0%	0,0%	673	0,0%	0,0%
Outros	7.786	0,1%	0,0%	65.498	0,4%	0,2%	6.315	0,0%	0,0%
TOTAL	232.182	1,5%	0,9%	1.061.280	7,0%	3,9%	187.104	1,2%	0,7%

⁸ 4ª GERFE: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço Do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Leoberto Leal, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum.

⁹ 5ª GERFE: Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul, São João do Itaperiu e Schroeder.

¹⁰ 6ª GERFE: Bela Vista do Toldo, Caçador, Calmon, Canoinhas, Irineópolis, Lebon Regis, Macieira, Major Vieira, Matos Costa, Porto União, Rio das Antas, Timbó Grande e Três Barras.

¹¹ Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

¹² Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

(Continuação)

SETOR	7ª GERFE – JOAÇABA ¹³			8ª GERFE – CHAPECÓ ¹⁴			9ª GERFE - CURITIBANOS ¹⁵		
	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	368.436	2,4%	1,4%	327.402	2,2%	1,2%	55.778	0,4%	0,2%
Têxtil	869	0,0%	0,0%	20.517	0,1%	0,1%	5.506	0,0%	0,0%
Importação	1.119	0,0%	0,0%	4.778	0,0%	0,0%	148	0,0%	0,0%
Benefícios de caráter social	23.466	0,2%	0,1%	35.774	0,2%	0,1%	10.479	0,1%	0,0%
Embalagens e descartáveis	37.495	0,3%	0,1%	30.691	0,2%	0,1%	32.111	0,2%	0,1%
Metal-mecânico	129	0,0%	0,0%	4.389	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Informática e telecomunicações	1.921	0,0%	0,0%	7.604	0,1%	0,0%	1.118	0,0%	0,0%
Fomento às pequenas empresas ¹⁶	7.314	0,1%	0,0%	12.659	0,1%	0,1%	2.869	0,0%	0,0%
Transportes e implementos rodoviários	4.921	0,0%	0,0%	11.893	0,1%	0,0%	1.697	0,0%	0,0%
Fomento à industrialização catarinense ¹⁷	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Energia, combustíveis e lubrificantes	5.940	0,0%	0,0%	10.217	0,1%	0,0%	3.515	0,0%	0,0%
Atacadistas	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Náutico	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Construção civil	301	0,0%	0,0%	824	0,0%	0,0%	262	0,0%	0,0%
Comércio varejista	1.241	0,0%	0,0%	2.531	0,0%	0,0%	807	0,0%	0,0%
Outros	8.879	0,1%	0,0%	36.098	0,2%	0,1%	5.095	0,0%	0,0%
TOTAL	462.030	3,0%	1,7%	505.376	3,3%	1,9%	119.383	0,8%	0,4%

¹³ 7ª GERFE: Abdon Batista, Água Doce, Alto Bela Vista, Arabuta, Arvoredo, Campos Novos, Capinzal, Catanduvás, Celso Ramos, Concórdia, Erval Velho, Herval D'oeste, Ibiam, Ibicaré, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lindóia Do Sul, Luzerna, Monte Carlo, Ouro, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara, Treze Tilias, Vargem, Vargem Bonita, Xavantina e Zortéa.

¹⁴ 8ª GERFE: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibí, Campo Ere, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guatambú, Ipuaçú, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Jupiá, Lajeado Grande, Maravilha, Marema, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palmitos, Passos Maia, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Quilombo, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São Loureço d'Oeste, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

¹⁵ 9ª GERFE: Arroio Trinta, Brunópolis, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Pinheiro Preto, Ponte Alta, Ponte Alta Do Norte, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristóvão Do Sul, Tangará e Videira.

¹⁶ Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

¹⁷ Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

(Continuação)

SETOR	10ª GERFE – LAGES ¹⁸			11ª GERFE – TUBARÃO ¹⁹			12ª GERFE – CRICIÚMA ²⁰		
	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	4.425	0,0%	0,0%	57.705	0,4%	0,2%	47.728	0,3%	0,2%
Têxtil	1.499	0,0%	0,0%	5.127	0,0%	0,0%	83.745	0,6%	0,3%
Importação	1.080	0,0%	0,0%	10.212	0,1%	0,0%	13.923	0,1%	0,1%
Benefícios de caráter social	19.478	0,1%	0,1%	29.975	0,2%	0,1%	23.756	0,2%	0,1%
Embalagens e descartáveis	11.194	0,1%	0,0%	29.252	0,2%	0,1%	12.342	0,1%	0,1%
Metal-mecânico	178	0,0%	0,0%	34	0,0%	0,0%	1.767	0,0%	0,0%
Informática e telecomunicações	2.110	0,0%	0,0%	9.171	0,1%	0,0%	4.440	0,0%	0,0%
Fomento às pequenas empresas ²¹	1.830	0,0%	0,0%	11.676	0,1%	0,0%	23.861	0,2%	0,1%
Transportes e implementos rodoviários	645	0,0%	0,0%	1.961	0,0%	0,0%	4.486	0,0%	0,0%
Fomento à industrialização catarinense ²²	1.127	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Energia, combustíveis e lubrificantes	5.372	0,0%	0,0%	5.641	0,0%	0,0%	8.227	0,1%	0,0%
Atacadistas	-	0,0%	0,0%	32.360	0,2%	0,1%	-	0,0%	0,0%
Náutico	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Construção civil	487	0,0%	0,0%	1.601	0,0%	0,0%	9.032	0,1%	0,0%
Comércio varejista	1.087	0,0%	0,0%	1.319	0,0%	0,0%	3.560	0,0%	0,0%
Outros	5.753	0,0%	0,0%	10.618	0,1%	0,0%	13.828	0,1%	0,1%
TOTAL	56.266	0,4%	0,2%	206.652	1,4%	0,8%	250.695	1,7%	0,9%

¹⁸ 10ª GERFE: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Pained, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

¹⁹ 11ª GERFE: Armazém, Braço do Norte, Capivarí de Baixo, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa De Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão.

²⁰ 12ª GERFE: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

²¹ Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

²² Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

(Conclusão)

SETOR	13ª GERFE – SÃO MIGUEL ²³			14ª GERFE – MAFRA ²⁴			15ª GERFE – ARARANGUÁ ²⁵		
	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.	Valor (R\$ mil)	% REC. TRIB	% DESP. TOT.
Agroindustrial e pesqueiro	111.895	0,7%	0,4%	12.036	0,1%	0,0%	29.499	0,2%	0,1%
Têxtil	1.156	0,0%	0,0%	18.817	0,1%	0,1%	24.192	0,2%	0,1%
Importação	2.013	0,0%	0,0%	2.850	0,0%	0,0%	209	0,0%	0,0%
Benefícios de caráter social	10.853	0,1%	0,0%	15.241	0,1%	0,1%	11.241	0,1%	0,0%
Embalagens e descartáveis	-	0,0%	0,0%	21.567	0,1%	0,1%	99	0,0%	0,0%
Metal-mecânico	-	0,0%	0,0%	1.453	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Informática e telecomunicações	591	0,0%	0,0%	3.612	0,0%	0,0%	1.153	0,0%	0,0%
Fomento às pequenas empresas ²⁶	3.312	0,0%	0,0%	9.932	0,1%	0,0%	2.024	0,0%	0,0%
Transportes e implementos rodoviários	1.177	0,0%	0,0%	1.754	0,0%	0,0%	174	0,0%	0,0%
Fomento à industrialização catarinense ²⁷	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Energia, combustíveis e lubrificantes	1.804	0,0%	0,0%	4.035	0,0%	0,0%	2.317	0,0%	0,0%
Atacadistas	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Náutico	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Construção civil	173	0,0%	0,0%	570	0,0%	0,0%	359	0,0%	0,0%
Comércio varejista	446	0,0%	0,0%	1.440	0,0%	0,0%	508	0,0%	0,0%
Outros	3.309	0,0%	0,0%	9.442	0,1%	0,0%	4.663	0,0%	0,0%
TOTAL	136.730	0,9%	0,5%	102.749	0,7%	0,4%	76.437	0,5%	0,3%

²³ 13ª GERFE: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

²⁴ 14ª GERFE: Campo Alegre, Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

²⁵ 15ª GERFE: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

²⁶ Não inclui as empresas do SIMPLES NACIONAL

²⁷ Benefícios concedidos com base no art. 43 da Lei nº 10.297/96



4 PERSPECTIVA ECONÔMICA

Finalmente, cabe destacar as possíveis repercussões na economia catarinense, dos atuais cenários, político e econômico mundial e nacional.

A economia mundial, segundo projeções do FMI, deverá crescer em torno de 3,5% em 2017, acima, portanto, do desempenho de 2016. Na média dos países de economia avançada o crescimento previsto será bem menor, enquanto nos emergentes as perspectivas são melhores, embora sejam mais variadas.

A projeção de crescimento na área do Euro está em 1,9%; no Reino Unido, em 1,7%; nos EUA, em 2,1% e no Japão, em 1,3%. Nos países emergentes, estima-se um crescimento de 4,6%, com destaque para o crescimento da China, de 6,7% e o da Índia, de 7,2%.

A América Latina e o Caribe, após uma estagnação em 2015 e uma contração de 1% em 2016, deverá crescer em 2017. A previsão é de um crescimento de 1% para a região. As perspectivas variam entre os diversos países da região, permanecendo mais favoráveis aos países da América Central e Caribe, com fortes vínculos com os EUA. Na América do Sul, o Brasil, que representa sua maior economia, deverá sair da maior recessão já documentada e exibir um crescimento que poderá superar 0,5%. Outro destaque é a forte recessão da economia venezuelana, que desde 2014 apresenta as maiores retrações do mundo.

O Brasil voltou a crescer no primeiro semestre. No entanto, a demanda doméstica ainda é fraca, os problemas políticos persistem e as incertezas relativas as políticas públicas implicarão em uma recuperação mais lenta.

A longa crise política tem dificultado e até postergado as reformas necessárias ao ajuste fiscal e à modernização econômica do País. Esse cenário tem gerado incertezas, afetado a confiança na economia e influenciado o ritmo da recuperação econômica. Os investimentos estão sendo adiados.

Apesar disso, houve importantes avanços nos fundamentos econômicos, como o controle da inflação e a conseqüente queda na taxa básica de juros, abrindo frente para a recuperação da renda e dos investimentos. Também a safra agrícola recorde e o forte crescimento das exportações tiveram importante contribuição para a retomada do crescimento.

As perspectivas atuais levam a crer que até as eleições de 2018 o País viverá sob os efeitos da crise política desencadeada em 2014. Ainda assim, a reforma trabalhista foi aprovada. A previdenciária, muito possivelmente tenha maior dificuldade de avançar. Na melhor das hipóteses, deverá ser apenas parcialmente revista. Mas outras medidas importantes foram tomadas, como foi o caso da renegociação das dívidas dos Estados, da criação de um teto de gastos para as despesas públicas, da melhoria na gestão das estatais, do avanço no programa de concessões e privatizações, entre outros.

A reforma política e as medidas de combate e prevenção à corrupção ainda não avançaram, mas em breve deverão entrar na pauta de votações do Congresso Nacional.

Um dos efeitos perversos do prolongado período de crise e da recessão foi o rápido crescimento da taxa de desemprego, que tende a levar mais tempo para cair. Considerando-se ainda, o alto endividamento das famílias e das empresas e a falta de previsibilidade na economia, é de se esperar que a retomada do consumo das famílias e, especialmente, dos investimentos leve tempo para atingir os níveis pré-crise.



Com isso, e apesar da rápida queda nas taxas de juros, as projeções para o crescimento da economia são modestas, com boa parte das estimativas apontando para uma expansão do PIB entre -0,1 e 0,5%, para 2017 e entre 1,2% e 2,7%, para 2018. Contudo, tendo em vista o crescimento acima do esperado no primeiro semestre, é possível que o crescimento para este e o próximo ano superem as projeções atuais.

Diante do exposto, conclui-se que o cenário para esse e o próximo ano é de cautela, onde paira um certo pessimismo, fundado em grande parte no âmbito da política e dos incessantes escândalos de corrupção.

As projeções para a taxa de inflação, tanto para 2017 como para 2018, é de IPCA declinante, inclusive com a meta da inflação já sendo reduzida para 2019 e 2020. As projeções variam de um IPCA em dezembro de 2017 entre 3,4% e 3,8% e para 2018, entre 4% e 4,5%. O centro da meta para esse e o próximo ano permanece em 4,5%.

As taxas de juros estão com perspectiva de queda, com a maior parte das projeções apontando uma taxa entre 8% e 8,5%, tanto para o final de 2017, como para o final de 2018.

O ambiente internacional relativamente calmo e com bastante liquidez, combinado com os crescentes superávits comerciais do País e outros fatores que reduzem os riscos internos, como reservas internacionais altas e a tendência de queda da inflação estão valorizando o Real e assegurando uma relativa estabilidade da moeda, inclusive com alguma valorização.

Com isso, depois de 2 anos de profunda recessão, é de se esperar que a economia volte a ter algum crescimento, nesse e no próximo ano, embora seja de forma lenta, parcial e abaixo do estimado para a média dos países emergentes.

Santa Catarina, com base nos indicadores disponíveis desse primeiro semestre, tem mostrado uma recuperação da atividade econômica significativamente acima da média brasileira, depois de ter crescido abaixo dela, tanto em 2015 como em 2016.

O PIB de SC em 2017 está retraindo 0,4%, enquanto o nacional, retraiu 1,4%. Os dados são baseados na atividade econômica dos últimos 12 meses encerrados em junho, comparados como o mesmo período anterior. As estimativas são da SEF e do IBGE, respectivamente.

Outro indicador que destaca o recente crescimento do Estado, frente aos demais, é o IBC-Br, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central. O indicador nacional retraiu 0,11% no primeiro semestre de 2017, na comparação com o mesmo período de 2016, enquanto o IBC-SC, cresceu 2,63%, na mesma comparação. No acumulado de 12 meses, SC teve um crescimento de 0,1%, enquanto o Brasil retraiu 2,03%.

Tal tendência leva a crer que o desempenho econômico de SC neste e no próximo ano deverá superar a média brasileira. Ainda mais, considerando-se que o Estado tem relativo equilíbrio fiscal, tem atraído empresas e investimentos, as famílias reduziram o grau de endividamento e os empresários estão mais otimistas que em 2015 e 2016. O Estado também tem a menor taxa de desemprego do País e vem liderando a geração de novos postos de trabalho.

Com isso estimamos um crescimento para o PIB estadual de 1% para 2017 e 3% para 2018.

Diante deste cenário de baixo crescimento econômico com queda de arrecadação de tributos e de crescentes demandas sociais por serviços públicos, fez-se necessária a renovação de esforços de gestão e de austeridade na alocação de despesas e investimentos.



Além da provisão de serviços de saúde, educação e segurança pública, o desenvolvimento do Estado requer constantes investimentos em infraestrutura e logística, especialmente no setor energético, de transportes e saneamento.

Para suprir o déficit de infraestrutura e aumentar a oferta de serviços públicos, além de ajustes internos, o estado de Santa Catarina conta com financiamentos já aprovados, que foram captados principalmente no BNDES e no Banco do Brasil, conforme já destacados anteriormente.

Por fim, cumpre-nos informar a Vossa Excelência que o Art. 35 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT determina que o Projeto da Lei Orçamentária deverá ser encaminhado para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina até três meses antes do encerramento do exercício financeiro, ou seja, até 30 de setembro.

Respeitosamente,

Almir José Gorges
Secretário de Estado da Fazenda